

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.216.095 - SP (2017/0312022-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : CARLOS HENRIQUE DE LIMA ALVES VITA - SP232496
RODRIGO LEITE ORLANDELLI E OUTRO(S) - SP328898
AGRAVADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS DA SAÚDE NO
ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS E OUTRO(S) -
SP097365
MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA - SP116800

DECISÃO

Trata-se de Agravo interno, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, contra decisão de minha lavra, que conheceu do Agravo para negar provimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ.

Inconformada, a parte ora agravante sustenta que:

"A decisão recorrida aplicou a Súmula 282 em relação a alegação de violação ao artigo 1º do Decreto 20910, entendendo inexistente o prequestionamento.

Entretanto, o prequestionamento é claro. Tanto é que está expresso no acórdão emanado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em fl. 281 e 282 e-STJ:

Não tendo o Juízo acolhido a tese da prescrição interpôs o presente recurso alegando que a ação somente fora promovida quando decorridos cinco anos da data do trânsito em julgado do título condenatório (10.06.2008), conforme disposto nos arts. 1º Decreto n. 20.910/32 e 3º do Decreto-lei n. 4.597/42 e Súmula nº 150, do STF, prazo esse que também deve ser aplicado aos sucessores dos titulares do crédito, argumentando, ainda, que o aguardo de informes oficiais também não suspende tal prazo e, finalmente, argumentando do termo inicial do prazo prescricional.

Em que pese os argumentos da agravante, razão não lhe assiste.

(...)

E, ainda, em reforço, a prevalecer o afastamento da prescrição, apesar do lapso temporal quinquenal ocorrido entre a decisão do processo de conhecimento e a promoção do cumprimento de

Superior Tribunal de Justiça

sentença, em se tratando de título executivo judicial, embora tornado certo pelo trânsito em julgado daquela sentença de desconhecimento, só pode ser executado quando também tornado título líquido.

Resta clara assim a inaplicabilidade da Súmula 282 no caso presente. No tocante ao mérito recursal, tampouco há que se falar em incidência da Súmula 7 do STJ.

Ora, o tema da incidência do art. 94 do CDC já fora analisado em sede de recurso repetitivo e, caso fosse o caso de incidência de súmula 7, tal tema jamais teria sido apreciado pelo mérito em circunstâncias em todo semelhante ao caso presente, senão, vejamos:

O Tribunal de origem entendeu que não houve efetiva publicidade da decisão coletiva, conforme determina o art. 94 do CDC, motivo pelo qual afastou a prescrição.

Contudo, a Egrégia Primeira Sessão, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo 1.388.000/PR sob a relatoria do Ministro Og Fernandes, firmou o entendimento no sentido de que a prescrição flui do trânsito em julgado da sentença coletiva e independe da publicação do edital previsto no art. 94 do CDC" (fls. 417/419e).

Por fim, requer "a reconsideração da decisão monocrática, ou, não a sendo, seja acolhido o presente recurso, de modo a ser dado provimento ao agravo e ao recurso especial, cujos termos são ora reiterados" (fl. 421e).

Intimada, a parte agravada apresentou Impugnação (fls. 429/448e), pugnando pelo desprovimento do agravo.

Tendo em vista a relevância dos argumentos esposados pela agravante, reconsidero a decisão de fls. 407/412e.

Passo, novamente, ao exame do Agravo em Recurso Especial.

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado com fundamento no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - Fase de execução - Título judicial de mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde - SINDSAÚDE na qualidade de substituto processual dos servidores - Prescrição - Não corre a prescrição enquanto não iniciadas diligências necessárias à liquidação do crédito resultante de sentença proferida em ação coletiva - Tampouco corre a prescrição enquanto não publicado o edital ao qual

Superior Tribunal de Justiça

alude o art. 94 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - Inaplicabilidade do Tema 877 do STJ. Decisão mantida. Recurso desprovido, cassando a liminar anteriormente concedida" (fl. 279e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS PRETENSÃO DE OMISSÃO INOCORRÊNCIA.

A alegação de ocorrência do defeito de omissão, não confirmado no texto não propicia efeito modificativo.

Recurso apresentado com única finalidade de caracterizar omissão da matéria ventilada para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

Ausência do defeito mencionado e de previsão legal a amparar a pretensão, nos moldes do art. 535 do CPC (art. 1.022 do NCPC).

Recurso rejeitado" (fl. 290e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 1.022, do CPC/2015, 1º do Decreto 20.910/32 e, 94 do CDC, sustentando que:

"Conforme já exposto, o v. Acórdão foi objeto de embargos de declaração visando suprir contradição. Isso porque a prevenção da 2ª Câmara foi afastada sob a justificativa de que inexistia prevenção nas execuções individuais advindas de processo coletivo.

Todavia, o recurso de agravo de instrumento foi tirado contra decisão interlocutória proferida nos próprios autos do processo coletivo, e não em demanda individual distribuída por dependência.

Evidente a contradição da decisão, que afastou a competência da 2ª Câmara de Direito Público sob o argumento equivocado de que o caso seria execução individual decorrente de título executivo, do que, repisamos, evidentemente não se trata.

A contradição/omissão, não suprida mesmo após o manejo dos aclaratório, é de extrema relevância visto que a causa foi julgada por órgão absolutamente incompetente. Ofendeu-se a competência funcional da 2ª Câmara de Direito Público para processar e decidir o recurso – órgão fracionário de segundo grau que primeiramente analisou a causa na fase de conhecimento da demanda.

(...)

V – DO MÉRITO. DA VIOLAÇÃO DOS ART. 94 DO CDC E 1º DO DECRETO- LEI 20.910/32.

Superior Tribunal de Justiça

Subsidiariamente – caso se entenda não ser o caso de aplicação do entendimento acima demonstrado – apresenta-se argumentos que afastam a aplicabilidade do artigo 94 do CDC no caso em testilha.

A prescrição da pretensão executória se extingue no mesmo prazo da pretensão do conhecimento. Nesse sentido, aplica-se o Art. 1º do Decreto 20.910/32:

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

In casu, a pretensão para o recebimento dos atrasados de Prêmio de Incentivo passou a poder ser exercida a partir do momento em que transitou em julgado a sentença genérica (10/06/2008), razão pela qual todas as execuções iniciadas após 10/06/2013 estão prescritas.

Esse E. Superior Tribunal de Justiça já decidiu no Resp 1.388.000/PR, em rito de recurso repetitivo (Tema 877), que o prazo prescricional das execuções individuais de sentença coletiva começa a fluir do trânsito em julgado da sentença coletiva, não sendo aplicável o artigo 94 do CPC que não trata de prazo prescricional.

Saliente-se, ainda, que o E. TJSP, ao afastar a posição firmada no Recurso Repetitivo mencionado, não realizou o necessário distinguishing.

A decisão ora recorrida limitou-se a afirmar que o precedente foi proferido em execução individual de ação civil pública enquanto o caso em tela versa sobre mandado de segurança coletivo, entretanto, sem informar dispositivo legal ou a especificidade do rito do mandado de segurança coletivo a amparar o distinguishing

(...)

Malgrado o entendimento do tribunal local, é de rigor o provimento do presente recurso em prestígio à jurisprudência desse C. Superior Tribunal de Justiça.

No Resp 1.388.000/PR, que deu origem ao Tema 877, o C. STJ não efetuou qualquer diferenciação entre ação coletiva a justificar a não observância do precedente no caso de mandado de segurança coletivo. A tese jurídica lá firmada é de observância obrigatória também na hipótese de mandado de segurança coletivo

Ademais, o E. Tribunal de Justiça estadual sequer justifica a razão para entender pela inaplicação da tese em caso de mandado de segurança coletivo. Não apontou o órgão a quo qualquer especificidade no mandado de segurança coletivo que indicasse

Superior Tribunal de Justiça

eventual incompatibilidade.

Igualmente, no que diz respeito ao curso do prazo prescricional quando pendente a juntada de fichas financeiras pelo devedor, essa Corte Superior tem entendimento no sentido de que a demora no fornecimento de fichas financeiras por parte da administração não influi no curso do prazo prescricional da pretensão executiva, que é de cinco anos contados a partir do trânsito em julgado da ação principal..

Relevante destacar que a tese foi chancelada pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, muito embora em sede de Embargos de Declaração foi reconhecida a nulidade do Acórdão pela necessidade de nova intimação dos Patronos das partes (v. EDcl no Resp 1340444/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 29/05/2014, DJe 02/12/2014).

(...)

Portanto, a pretendida distinção não se sustenta, sendo o caso de reconhecer-se a prescrição da pretensão executória eis que passados mais que cinco anos do trânsito em julgado, nos termos da tese firmada no Resp 1.388.000/PR, que deu origem ao Tema 877" (fls.302/307e).

Requer, ao final, "seja reconhecida a nulidade do acórdão recorrido, diante da violação ao artigo 1.022, do CPC. Requer, subsidiariamente, a reforma do acórdão para fazer valer o art. 1º do Decreto 20.910/32, declarando-se extinta a execução ante a prescrição da pretensão executória, para que fique em harmonia com o que restou decidido no REsp 1.388.000/PR (Tema 877)" (fl. 308e).

Contrarrazões, a fls. 310/330e.

Negado seguimento ao Recurso Especial (fl. 331e), foi interposto o presente Agravo (fls. 334/340e).

Contraminuta, a fls. 343/363e.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo, nos autos do mandado de segurança coletivo (Processo nº 0411422-50.1997.8.26.0053), em fase de cumprimento de sentença, que afastou a alegação de prescrição e considerou como marcos iniciais do prazo prescricional para a liquidação da obrigação e a publicação de editais determinados (fl. 280e).

A irresignação não merece acolhimento.

Em relação ao art. 1.022 do CPC/2015, no tocante à alegação de que houve omissão e contradição quanto à apreciação do argumento segundo o qual existe prevenção da 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal **a quo** para a apreciação da matéria, o acórdão

Superior Tribunal de Justiça

recorrido está calcado nos seguintes fundamentos:

"Primeiramente, importante deixar consignado que a questão quanto à suposta prevenção da 2ª Câmara de Direito Público na apreciação dos presentes autos resta superada, em face do Expediente nº 10/2012 - GAP 3.2 - da Egrégia Presidência da Seção de Direito Público, no qual firmou entendimento que inexistente prevenção nas execuções individuais advindas de processo coletivo, razão pela qual o presente agravo fora distribuído livremente a esta relatoria" (fl. 280e)

Por importante, transcrevo também o seguinte trecho do aresto proferido quando do julgamento do recurso integrativo:

"(...) restou exarada em menção expressa, ora no voto embargado, a menção de foi determinada a devolução dos autos à Seção de Direito Público, fls. 261, em atendimento ao ofício, colacionado às fls. 262/264, o qual determinou a livre distribuição do feito, sendo distribuído livremente a este relator.

Consta interposição de petição, pelos Agravados, relatando que as partes realizaram acordo dentro do Mandado de Segurança Coletivo, no qual concordaram com o processamento dada execução de forma coletiva, mormente, este recurso, que trata de prescrição de habilitações e que impugna o processamento da execução coletiva perdera seu objeto (fls. 268/271).

Assim, importante deixar consignado que a questão quanto à suposta prevenção da 2ª Câmara de Direito Público na apreciação dos presentes autos resta superada, em face do Expediente nº 10/2012 - GAP 3.2 da Egrégia Presidência da Seção de Direito Público, no qual firmou entendimento que inexistente prevenção nas execuções individuais advindas de processo coletivo, razão pela qual o presente agravo fora distribuído livremente a esta relatoria" (fl. 291e)

Portanto, o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO

Superior Tribunal de Justiça

CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; STJ, REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

Outrossim, constata-se a contradição quando, no contexto do acórdão, estão contidas proposições inconciliáveis entre si, dificultando-lhe a compreensão, o que não se verifica na espécie.

Assim, a contradição que rende ensejo à oposição de Embargos de Declaração é aquela interna do julgado, cumprindo trazer à luz o entendimento de PONTES DE MIRANDA acerca do tema, **in verbis**:

"A contradição há de ser entre enunciados do acórdão, mesmo se o enunciado é de fundamento e outro é de conclusão, ou entre a ementa e o acórdão, ou entre o que vitoriosamente se decidira na votação e o teor do acórdão, discordância cuja existência se pode provar com os votos vencedores, ou a ata, ou outros dados" (**in** Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo VII, 3ª edição, Forense, 1999, p. 322).

No mais, observe-se que, o Tribunal local, consignou, expressamente, que:

"A ação que originou o crédito objetivado fora promovida por Sindicato, em mandado de segurança coletivo, sendo vários os legitimados, daí não se podendo afastar a ausência de comunicação aos interessados acerca de tal propositura, quanto mais de seu êxito, a fim de que se dê início ao prazo prescricional para sua execução, corroborando, dessa forma, o posicionamento externado pela Magistrada, que reconheceu a aplicação do art. 94 do CDC, cabível o prescrito no art. 5º, LIV, da Constituição Federal.

E, ainda, em reforço, a prevalecer o afastamento da prescrição, apesar do lapso temporal quinquenal ocorrido entre a decisão do processo de conhecimento e a promoção do cumprimento de sentença, em se tratando de título executivo judicial, embora tornado certo pelo trânsito em julgado daquela sentença de conhecimento, só pode ser executado quando também tornado título líquido.

(...)

Destarte, não há que falar em eventual observância do Tema 877 do STJ, considerando que no caso presente restou demonstrado o retardo de anos para se dar início ao efetivo cumprimento da obrigação de fazer, diante do grande número

de litisconsortes (5.022 servidores), não podendo ser atribuída a responsabilidade pela demora na apresentação dos informes aos exequentes, considerando que atribuição da executada, uma vez que dependiam de tais documentos para fins de individualização dos valores devidos a cada um dos litisconsortes, o que afasta a aplicação do precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal" (fls. 281/283e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a **Súmula 283/STF**, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**
4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.
5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 407/412e, e com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do Agravo para negar provimento ao

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora

